

JUSTIÇA E CRIMINALIDADE NA COMARCA DO RIO DAS MORTES SÉCULO XIX:

Fontes cíveis e criminais do acervo do Arquivo do Museu Regional de São João Del-Rei

Introdução

Vêm crescendo no país, particularmente entre profissionais que desenvolvem atividades ligadas ao uso e disponibilização de fontes primárias, as iniciativas voltadas para a produção de instrumentos informatizados de pesquisa que possibilitam o mais amplo acesso às fontes. As pesquisas desenvolvidas no Departamento de Ciências Sociais da UFSJ têm, já há algum tempo, e em colaboração com outras instituições, somado esforços nesta direção.

Os projetos desenvolvidos no âmbito departamental têm priorizado a preservação, divulgação e pesquisa do vasto acervo documental referente à região da antiga comarca do Rio das Mortes, cuja sede administrativa era a vila de São João del Rei. Vários projetos de organização, catalogação e indexação de acervos, envolvendo fundos cartoriais, arquivos paroquiais e acervo das câmaras, foram desenvolvidos nos últimos anos, acabando por definir a pesquisa com fontes primárias e obras raras uma das atividades centrais em torno da qual linhas de pesquisa têm se desenvolvido.

No início da década de noventa constituímos um núcleo de pesquisas interdisciplinar, envolvendo historiadores, sociólogos e arquivistas, objetivando trabalhar com as fontes documentais regionais pertencentes ao acervo do Arquivo do Museu Regional de São João del Rei. O projeto inicial constitui um esforço de organização do acervo oriundo do Cartório do Crime do Fórum de São João del Rei, com o objetivo de inventariar e indexar a documentação, iniciando a montagem de um banco de dados sobre justiça e criminalidade na comarca do Rio das Mortes no século XIX¹. O banco de dados foi construído a partir das informações contidas

1 Esse projeto foi realizado por um grupo de trabalho coordenado pelos professores Maria Tereza Pereira Cardoso (UFSJ), Ivan de Andrade Vellasco (UFSJ) e Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves (pesquisadora visitante), em colaboração com a direção e os técnicos do Arquivo do Museu Regional de S.J.D.R., financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG (1992-1996). O projeto foi montado

em três fontes documentais: os processos-crime (1793 - 1900), os livros de rol dos culpados (1772 - 1878), e os livros de querela (1779 - 1833).

O desdobramento do trabalho com as fontes primárias nos levou a atuar no campo da recuperação e conservação preventiva de acervos ameaçados. Assim surgiram os projetos de montagem do Laboratório de Restauração e Conservação de Documentos e Obras Raras – LABDOC², destinado ao tratamento de documentos e obras raras e da transferência do acervo de obras raras da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida, hoje sobre a guarda da UFSJ³.

Parte inestimável da documentação cartorial da região, referentes aos séculos XVIII e XIX, sobreviveu até os dias de hoje e encontra-se espalhada nos fóruns de diversas cidades do interior do Estado à espera de ser devidamente preservada, organizada e catalogada. Como resultados de longas negociações travadas entre a UFSJ, o IPHAN e o poder judiciário do Estado de Minas Gerais, através da Memória do Judiciário Mineiro, pudemos recuperar e restaurar, através de projeto desenvolvido no Laboratório de Conservação e Restauração de documentos e Obras Raras – LABDOC, os acervos judiciais oriundos dos fóruns dos municípios de Aiuruoca e Baependi, ambos pertencentes à antiga comarca do Rio das Mortes. Estes acervos achavam-se em precárias condições de preservação e guarda, ameaçados por avançado estado de infestação e deterioração.

No momento, está sendo recuperado nas dependências do LABDOC o acervo pertencente ao arquivo do Fórum de Oliveira. A aplicação da capela de Nossa Senhora de Oliveira, parte da comarca do Rio das Mortes, tem seu registro mais antigo datado de 1758. Em 1868 é elevada à categoria de cidade e desmembrada da comarca do Rio das Mortes, integrando a comarca do Rio Lambari. Em 1873 torna-se comarca de Oliveira.

Este acervo perfaz, aproximadamente, um total de sete mil e quinhentos documentos, que cobrem um período que se estende da primeira metade do século XIX às primeiras

com a colaboração do professor Carlos Eduardo Baesse de Souza (UFMG), então diretor do Centro de Estudos Mineiros.

² A implantação de um Laboratório de Conservação de Papel e a aquisição de equipamentos básicos foi fruto do projeto “*Qualificação de pessoal para levantamento, cadastramento de documentos e obras raras dos arquivos históricos e bibliotecas de São João del Rei e Tiradentes*” das professoras Maria Leônia Chaves de Resende (UFSJ), Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves (pesquisadora visitante) e Suely Campos Franco (técnica-UFSJ), gestoras do projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais FAPEMIG (1995-1997).

³ A transferência deste valioso acervo, em 1999, foi o ponto de partida para o projeto “*Livros raros e antigos da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida: avaliação, descrição e organização*”, coordenado pelos professores Afonso de Alencastro Graça Filho (UFSJ) e Lucy Fontes Hargreaves. (pesquisadora visitante), que contou com apoio e financiamento da Fundação Vitae (2000-2001).

décadas do século XX. Tal como os acervos de Aiuruoca e Baependi, mas em proporções quantitativas bastante superiores, o conjunto dessa documentação constitui-se de manuscritos diversos, como testamentos, inventários *post-mortem*, processos-crime, entre outros. Representa, muito provavelmente, um dos maiores conjuntos de documentos inéditos, ainda não acessíveis aos pesquisadores que trabalham com a história de Minas Gerais. Nesse sentido o trabalho de preservação, recuperação e disponibilização deste acervo, tanto para consultas diretas quanto através de banco de dados eletrônicos é de fundamental importância.

O projeto ***Forum Documenta*** é resultado de convênios firmados entre o Fórum de Oliveira, a UFSJ e o Arquivo Público Mineiro e se tornou possível pela obtenção de um financiamento junto ao Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD), do Ministério da Justiça.

Por fim, cabe ressaltar que os esforços desenvolvidos para a divulgação de acervos e fontes primárias representam um compromisso com a divulgação e veiculação dos dados acumulados através de pesquisas, que tem sido uma das linhas norteadoras do núcleo de pesquisa departamental. Entre eles destacam-se o catálogo do acervo de obras raras e antigas da Biblioteca Baptista Caetano⁴, os guias de fontes dos arquivos históricos disponíveis na página do LABDOC no endereço eletrônico da Universidade (www.ufsj.edu.br)⁵, a produção do CD-ROM *Campanha da Princesa: guia de fontes para a História do Sul de Minas*, realizado em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)⁶ e, finalmente, o projeto, ***“Justiça e Criminalidade na Comarca do Rio das Mortes - século XIX”***⁷.

⁴ Resultante do projeto “*Livros raros e antigos da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida: avaliação, descrição e organização*”.

⁵ Resultante do projeto “*Qualificação de pessoal para levantamento, cadastramento de documentos e obras raras dos arquivos históricos e bibliotecas de São João del Rei e Tiradentes*”.

⁶ Projeto coordenado pelos professores Maria Tereza Pereira Cardoso (UFSJ) e Marcos Ferreira de Andrade (UEMG), desenvolvido com o propósito de tornar público os dados coletados através de uma pesquisa de levantamento, catalogação e indexação de fontes primárias no sul mineiro, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG (1998 – 2000).

⁷ Encontra-se ainda em desenvolvimento no Departamento o projeto “Acervos Eclesiásticos: levantamento e cadastramento dos documentos avulsos e códices nos arquivos da Diocese de São João del-Rei (Minas Gerais – séculos XVIII – XX)”, coordenado pela Prof^a. Maria Leônia Chaves de Resende, cujos resultados serão disponibilizados oportunamente na página da UFSJ.

A PAGINA DE INTERNET

A Página de Internet “*Fontes Cíveis e Criminais do Acervo do Arquivo Histórico do Museu Regional de São João Del Rei*” é resultado de esforços acumulados durante aproximadamente doze anos de trabalho. Nesse período, foram criados, desenvolvidos e alimentados os banco de dados que compõem a página, através do projeto *Acesso virtual a Acervos Históricos e Documentais de São João Del-Rei*.⁸

Com esse projeto pretendemos tornar disponível para pesquisadores e instituições interessados o vasto acervo já indexado de fontes cíveis e criminais do Arquivo do Museu Regional de São João Del-Rei.⁹

1 - Fontes criminais

Em relação às fontes criminais esta página consiste em um instrumento avançado de pesquisa, que permitirá ao usuário a consulta e manipulação dos dados tais como se apresentam nas fontes originais, através de diferentes recursos de software. Trata-se, portanto, de um produto cujas possibilidades de utilização ultrapassam as contidas em um inventário de fontes.

Os processos-crime, livros de rol dos culpados e livros de querelas, formam uma documentação extremamente rica. Constituem testemunhos e ‘depoimentos’, que retratam aspectos das relações sociais. A partir desses documentos torna-se possível recuperar um conjunto de dados que muito nos revelam sobre os personagens contemporâneos que se viam envolvidos com a justiça. Representam, portanto, um valioso instrumento para a história social.

Passemos a uma breve descrição desses bancos de dados:

⁸ O projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, e realizado pelos professores: Alberto Ferreira da Rocha Júnior –UFSJ (coordenador), Christianni Cardoso Moraes e Ivan de Andrade Vellasco.

⁹ Cabe ressaltar que este banco de dados já vem sendo divulgado pelos trabalhos substantivos (teses, dissertações e artigos) produzidos a partir desta documentação, entre eles: Maria Tereza Pereira Cardoso. *Lei branca e justiça negra: crimes de escravos nas vilas Del-Rei – 1814-1852*. Campinas, UNICAMP, 2002 (tese de doutorado); Ivan de Andrade Vellasco. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais – século XIX*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002 (tese de doutorado); Marcos Ferreira de Andrade. *Rebeldia e Resistência: as Revoltas Escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)*. Belo Horizonte, UFMG, 1996 (dissertação de mestrado); Edna Maria Resende. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João del Rei (1840-1860)*. 1999 (dissertação de mestrado).

1.1 -Processos criminais

O conjunto desta documentação perfaz um total de 1072 registros (1793-1900),. Todos os dados dos processos e das pessoas envolvidas constantes nos documentos, acompanhados de um resumo analítico, constam do banco de dados resultante, o que torna possível o acesso e a pesquisa dessa documentação na íntegra, e a sua utilização, juntamente com as outras fontes, para obtenção de dados quantitativos. Além dos dados referentes ao andamento do processo, tais como data e local do crime, data do início do processo e do seu final, sentença resultante – condenação ou absolvição - em muitos casos constando a tipificação penal do crime, o grau e a pena resultante, incluindo os recursos e apelações quando existentes, os processos trazem em sua grande parte as informações referentes ao(s) réu(s) e ao(s) ofendido(s), tais como nacionalidade, cor, condição, ocupação e/ou patente ou cargo, idade, estado civil e alfabetização. Cabe ressaltar que essa documentação não é constituída apenas de processos criminais em sua íntegra. Muitos dos documentos contêm apenas o traslado dos autos do processo, o exame de corpo de delito, o auto de denúncia, a acusação crime, o sumário crime ou de culpa, petições várias etc. Na maior parte deles, no entanto, é possível localizar as informações que tipificam o crime e os personagens envolvidos.

Do ponto de vista qualitativo, os processos criminais perfazem uma documentação extremamente rica e minuciosa que nos permite acompanhar e analisar os procedimentos judiciais e as ações dos atores envolvidos.

A planilha contém os seguintes campos:

Documento: classificação do tipo de documento. Procurou-se identificar e tipificar o documento de acordo com os critérios utilizados na época. Nem sempre isso foi possível uma vez que alguns documentos resistiam às categorias mais freqüentes. Por processos crime designamos todos os documentos que ainda que incompletos, abrangiam diferentes partes de um processo. Desnecessário dizer que vários documentos se apresentam incompletos.

Código de localização: localização do documento no Arquivo do Museu regional de São João del Rei

Folhas: Número de folhas do documento

Denunciante: identifica, quando possível, o autor da denúncia, não necessariamente o réu.

Crime: tipificação do crime, mantendo-se o mais próximo possível a definição contida no próprio documento.

Data: data do crime, quando identificável.

Local/Tipo (01/02/03): detalhamento das informações sobre o local do crime, fornecendo uma classificação tipológica segundo a tabela abaixo

A	Aplicação
Ar	Arraial
C	Cidade
Ca	Capela
Ch	Chácara
Cm	Caminho
Co	Comarca
Ct	Curato
D	Distrito

F	Fazenda
Fr	Freguesia
L	Lugar
P	Paragem
S	Sítio
Su	Subúrbio
T	Termo

N de Réus: quantifica os réus identificados no documento

Processo Início: identifica a data final do processo ou a data mais remota nele contida

Processo Término: identifica a data inicial do processo ou a última data nele contida

Processo: Julgamento contém informações sobre o julgamento

Sentença: Pena / Código / Artigo: especifica, quando possível, os dados referentes à sentença.

Custas do Processo: informações referentes ao pagamento das custas do processo

Apelação: identifica os processos nos quais consta ter havido apelação

Sentença Final: identifica a sentença resultante da apelação

Resumo: fornece um resumo detalhado e circunstanciado do evento

Réu 1 e 2 e Ofendido 1 e 2 (contendo:)

Nome
Origem
Naturalidade
Cor
Condição
Ocupação
Estado Civil
Idade
Sabe Ler e escrever

1.2- Rol dos culpados

Estes livros contém um total de 1212 registros que vão de 1772 a 1878. Nesses livros eram lançados os nomes dos pronunciados, ou seja, aqueles que acusados nas devassas ou querelas tornavam-se objetos de processos e seriam encaminhados a juízo. Uma vez acatada a culpa pela justiça, o juiz sentenciava o réu “a prisão e livramento”. Comprovada posteriormente a sua inocência, o réu teria seu nome retirado do rol com uma anotação de “livre” feita ao lado. O lançamento dos nomes dos réus pronunciados, no livro designado para tal, era um procedimento processual obrigatório, reiterado em provisões, alvarás e regimentos¹⁰. Os livros de rol dos culpados constituem, portanto, uma contabilidade sistemática da produção do poder judiciário que fornece os dados fundamentais acerca dos crimes em questão. São extratos dos processos contendo nome, cor, condição, ocupação, entre outras informações sobre o réu e a vítima, tipificação e qualificação do crime, local da ocorrência, trâmites processuais, situação do réu etc.

A planilha contém os seguintes campos:

Livro: número de identificação do livro

Folha: número da folha no livro na qual consta o lançamento

Tipo de Processo: querela ou devassa

Data da Pronúncia

Crime

Local

Juiz: identificação do juiz responsável pela pronúncia

Procedimentos Legais: anotações constantes a respeito à margem dos lançamentos

Situação do Réu: observações constantes a respeito à margem dos lançamentos

Observações

Denunciante, Ofendido e Réu (contendo:)

Nome

Cor

Condição

Ocupação

Origem

Local de Moradia

¹⁰ A mais remota citada no *Repertório geral ou índice alfabético das Leis do Império do Brasil*, é a “Provisão 1ª, de 23 de julho de 1814, mas sua utilização é, obviamente, anterior e provém da legislação portuguesa.

Escravo de (somente para ofendido e réu)
Observações (somente para ofendido e réu)

1.3- Livros de querela

Estes oito livros contêm um total de 257 autos de querela, cobrindo um período que vai de 1779 a 1833, quando, com o Código do Processo, a querela deixa de existir como forma processual. Os autos consistem na denúncia fundamentada do crime feita pela vítima ou parte interessada, contendo a narrativa pormenorizada do ocorrido e suas circunstâncias, com apresentação das testemunhas (a maior parte das vezes), e transcrição de seus depoimentos. Novamente aparecem os dados que nos permitem qualificar o crime e os envolvidos tais como nas outras fontes, e um resumo detalhado do auto.

A planilha contém os seguintes campos:

Livro

Página

Data

Querelado e Querelante:

Estado civil

Condição

Moradia

Cor

Ocupação

Outros

Crime

Resumo: fornece um resumo detalhado e circunstanciado do auto de querela

2 - Fontes cíveis

A documentação cível, sobretudo inventários e testamentos, tem permitido aos pesquisadores a investigação de aspectos do cotidiano de grupos sociais diversos, a reconstituição de aspectos do mundo doméstico (mobiliário, alimentação, vestuário) e, sobretudo, das atividades econômicas, do mundo do trabalho e das relações comerciais.

As listagens de inventários e testamentos do acervo do Arquivo Histórico do Museu Regional de São João Del-Rei foram feitas pelos funcionários do arquivo, visando a possibilitar

a localização de documentos através dos seus dados principais. A inclusão dessas planilhas foi possível graças a sua disponibilização pela administração do Museu Regional de São João Del Rei, na pessoa de sua diretora Maria de Fátima Loureiro Vasconcelos.

2.1 - Inventários

Esta planilha contém 9.151 registros, como datas limite 1715 a 1965. Traz a relação dos inventariados, inventariantes e dados de localização. Foram descritos em fichas e se encontram digitados em planilha de Excel todos os documentos.

A planilha contém os seguintes campos:

Inventariado: nome

Especificação do inventariado: detalha informações referentes à ocupação, condição, cor ou outra relevante contida no documento.

Inventariante: nome

Ano

Cartório

Local/Tipo (1, 2, 3,4)

Legibilidade

Caixa: código de localização no arquivo

2.2 -Testamentos

São 2.748 registros, tendo como datas limite 1730 a 1937. Traz a relação dos testadores, testamenteiros e dados de localização. Foram descritos em fichas e se encontram digitados em planilha de Excel.

A planilha contém os seguintes campos:

Testador: nome

Especificação do testador: detalha informações referentes à ocupação, condição, cor ou outra relevante contida no documento.

Testamenteiro: nome

Ano

Cartório

Local/Tipo (1, 2, 3)

Legibilidade

Caixa: código de localização no arquivo

Como procedimento geral, optamos por padronizar a grafia de todos os nomes, referências a local e tipificação dos crimes. Tal medida visa a facilitar a busca e localização dos mesmos.

O projeto pretende ter continuidade pela incorporação progressiva de acervos que tenham sido originalmente produzidos como documentação da antiga comarca do Rio das Mortes.

A Comarca do Rio das Mortes

A Comarca do Rio das Mortes é uma das três primeiras existentes na capitania das Minas Gerais, sendo instituída em 1714 e tendo como sede a Vila de São João del Rei. Estendia-se pelo centro – sul, a sudoeste da capitania compreendendo os termos de Jacuí, Baependi, Campanha da Princesa, Barbacena, Queluz, Nossa Senhora de Oliveira, São José do Rio das Mortes e Tamanduá.

No início do século XIX a comarca do Rio das Mortes já se configurava como a mais extensa em área habitada e a mais populosa da então capitania de Minas Gerais. Estimativas para 1808 indicam uma população de 154.869 habitantes em um total de 433.000 para toda a capitania. Os escravos na comarca somavam algo em torno de 38.000. A comarca tinha como limites, a leste a comarca de Vila Rica; ao norte as de Sabará e Paracatu; a oeste as províncias de Goiás e S. Paulo; ao sul esta última e a do Rio de Janeiro.

No último quartel do século XVIII a comarca já era então responsável pelo abastecimento de gêneros da capitania. A crescente importância das atividades agrícolas e pastoris desenvolvidas na região e voltadas para o abastecimento interno será responsável pelo progressivo deslocamento da população para a região sul, a partir da segunda metade do século XVIII, em função das mudanças que se processavam na dinâmica da economia, cujo eixo

passava a se transferir das atividades de mineração para a produção agrícola. A queda nos resultados dos investimentos auríferos levava cada vez mais à procura das atividades agrícolas, na esperança de maiores lucros. Enquanto a comarca de Vila Rica via sua população declinar, a comarca do Rio das Mortes via sua população triplicar ao longo do período, passando de 82.781 habitantes em 1776, para 154.869 em 1808 e 213.617 em 1821. Além da migração interna, a comarca, por sua localização e possibilidades de negócios, passava a atrair os emigrantes europeus, sobretudo portugueses, em busca das melhores oportunidades de fortuna.

A precoce especialização agrícola da região irá transformá-la no celeiro estratégico fornecedor de produtos ao mercado litorâneo. Com a transferência da Corte para o Brasil o eixo de escoamento da produção regional se desloca do abastecimento interno para a praça do Rio de Janeiro. A posição geográfica privilegiada, sobretudo no triângulo formado pelas vilas de São João, Barbacena e Campanha - principais entrepostos comerciais, fazia com que a região fosse o corredor pelo qual escoavam todas as mercadorias em direção ao sul, vindas das regiões à oeste e ao norte, e entravam os produtos importados que se dirigiam às regiões centrais. Desse modo, as vilas se transformavam em centros de redistribuição dos produtos importados trazidos do Rio de Janeiro, amplificando suas atividades comerciais.

A posição estratégica da região será reforçada pela política joanina de integração da região centro-sul que visava, em seus objetivos econômicos, garantir a produção e o abastecimento da Corte. Assim é que as estradas do Comércio e da Polícia, duas das obras mais importantes realizadas no período, dirigiam-se da Corte para Comarca do Rio das Mortes.

Embora São João tenha permanecido como centro administrativo e jurídico da comarca do Rio das Mortes durante todo o século XIX, a área geográfica correspondente à comarca sofreu inúmeras modificações e reduções no decorrer desse tempo, na medida em que iam sendo criadas novas comarcas a partir da sua divisão. Entretanto, a região seguiu sendo durante todo o Oitocentos um importante centro das atividades econômicas, políticas e administrativas da Província de Minas Gerais.

O Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos e Obras Raras

Dentre os projetos desenvolvidos nas áreas de recuperação e conservação preventiva de acervos um dos mais significativos consistiu na criação do Laboratório de Restauração e Conservação de Documentos e Obras Raras – LABDOC¹¹.

Atualmente o Laboratório encontra-se em fase de expansão de suas atividades. Para tanto conta com um funcionário técnico responsável pelas atividades de conservação e restauração, além de bolsistas de diferentes modalidades que atuam nos projetos desenvolvidos pelo LABDOC. É importante frisar a relevância de um laboratório de restauração e conservação para a preservação do patrimônio documental regional. Operando em rede com outras instituições do estado e multiplicando recursos e iniciativas que visem a conservação das fontes documentais da nossa história, o LABDOC representa um importante avanço no desenvolvimento de uma política preservacionista a ser desenvolvida pelas instituições afins.

Os projetos do Laboratório são desenvolvidos em duas frentes: procedimentos de identificação, conservação e restauração dos documentos, sua organização, indexação e colocação em banco de dados do conteúdo informacional.

Na primeira fase são desenvolvidas as seguintes etapas:

1.1 - Controle entomológico: a desinfestação de toda a documentação pelo método de congelamento profundo vem sendo aplicado recentemente, com sucesso, por importantes instituições responsáveis pela guarda e conservação de livros e documentos no país, tais como o Arquivo Nacional e o Arquivo Público Mineiro. Consiste em proceder ao congelamento dos documentos em um freezer por um período não inferior a quinze dias, acondicionando-os em sacos plásticos devidamente vedados e tendo o ar retirado do seu interior por meio de um aspirador de pó. Após este período o freezer é desligado e a documentação é retirada quando a temperatura atingir o mesmo nível da temperatura ambiente.

1.2 - Higienização: consiste na limpeza mecânica de todas as folhas, uma após a outra por meio de trinchas macias, visando à retirada de toda a sujidade presente na superfície do papel e de extrair todos os corpos estranhos ao documento que aceleram seu processo de degradação (clipes, grampos etc...) É importante também planificar possíveis dobras, orelhas, constantes nos documentos.

¹¹ Ver nota 2.

1.3 - Diagnóstico de conservação preventiva: é feito através de uma ficha de diagnóstico aplicada a cada documento e que indica suas especificações: o tipo documental (se tratasse de um processo-crime, por exemplo), as características do suporte (do papel), a técnica utilizada na sua montagem / encadernação, a tinta empregada, seu estado de conservação as principais deteriorações sofridas e as recomendações para o tratamento técnico de conservação.

1.4 - Tratamento técnico de conservação: envolve basicamente pequenos reparos, acondicionamento e a restauração propriamente dita, sendo que: a) os pequenos reparos visam intervir em rasgos, através de velatura, utilizando-se papel japonês; torna-se necessário, em caso de documentos encadernados e/ou livros, providenciar nova costura e a reestruturação física do documento; b) o acondicionamento consiste em envolver os documentos em invólucros de material inerte, ou alcalino; c) a restauração de documentos, com suporte em papel, consiste em reenfiar papel nos locais onde há buracos.

Na fase de organização propriamente dita, são seguidos os seguintes passos:

2.1 – Identificação do acervo: a documentação é identificada para a organização nos diversos fundos, séries e sub séries. É necessária a identificação da proveniência da documentação, ou seja, definir-se que termo ou que cartório foi responsável pela sua produção.

2.2 – Arranjo: após a identificação, os documentos são agrupados em fundos, séries e sub-séries, obedecida a proveniência e tentando-se recuperar o arranjo original. Dentro de cada série ou sub-série os processos são ordenados cronologicamente.

2.3 – Descrição: passa-se à análise e descrição dos documentos. São levantados dados como: tipo de processo, datas, local de origem, pessoas envolvidas, número de páginas etc.

2.4 – Indexação: é desenhado um banco de dados onde estarão armazenados os dados obtidos através da análise e descrição dos documentos, o que permite a recuperação das informações contidas nesses processos.

Durante todo o processo, desde a entrada do acervo no LABDOC até sua liberação para a guarda permanente, o controle ambiental e de pragas é uma preocupação constante. O espaço físico do LABDOC é dividido em quatro unidades: o setor de recepção, onde os documentos passam pelos procedimentos de higienização e diagnóstico e ficam aguardando o

tratamento; o laboratório de conservação e restauração, no qual são realizados os procedimentos técnicos de conservação e restauração; o setor de guarda de documentos tratados, onde se processa a organização e descrição dos documentos - com vistorias periódicas para verificação de ocorrências de reinfestação de insetos - após o que são liberados para o local de guarda permanente; o setor de pesquisa e informática, no qual são criados os bancos de dados e indexados os conteúdos informacionais da documentação. Podendo aí também ser realizado projeto para microfilmagem e digitalização de acervos.

As atividades contínuas do LABDOC já oferecem condições de treinamento e aperfeiçoamento de mão de obra nos procedimentos de conservação preventiva e restauração de papéis. Temos promovido cursos ministrados por técnicos de instituições reconhecidas nacionalmente e oferecemos condições de treinamento permanente a jovens alunos, através das bolsas de atividade, que se tornam aptos para multiplicar as atividades nessa direção.